

## O lugar da avaliação educacional nos projetos pedagógicos de licenciatura em Química do IFSP

ARTIGO

Luana Ferrarotto<sup>i</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Bragança Paulista, SP, Brasil

Jean Douglas Zeferino Rodrigues<sup>ii</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campinas, SP, Brasil

Rodrigo Luís de Oliveira<sup>iii</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Bragança Paulista, SP, Brasil

Rafaela de Souza Barbosa<sup>iv</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Catanduva, SP, Brasil

1

### Resumo

Estudos indicam que, na formação de professores e professoras, a avaliação educacional tem espaço reduzido e contribui para a reprodução de práticas classificatórias. Este artigo destina-se à análise do lugar da avaliação educacional nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) das licenciaturas em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Foram analisados os PPCs a partir da técnica de análise de conteúdo. Os dados indicam que esses PPCs destinam pouco espaço à avaliação em seus três níveis, a saber: a avaliação da aprendizagem em sala de aula, a avaliação externa em larga escala e a avaliação institucional. Em sua maioria, ela é abordada como tópico de componentes curriculares, sendo a avaliação da aprendizagem em sala de aula o nível mais citado em detrimento dos demais. Ao longo dos PPCs, observa-se padronização na escrita e na caracterização da avaliação, que pouco evidencia o contexto de desenvolvimento dos processos avaliativos.

**Palavras-chave:** Avaliação. Projeto Político-pedagógico. Formação de Professores. Licenciatura.

### The place of educational assessment in IFSP Chemistry Degree pedagogical projects

#### Abstract

Studies indicate that in teacher training, educational assessment has limited space and contributes to the reproduction of classificatory practices. This article is intended to analyze the place of educational assessment in the Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) of the Chemistry degrees at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia of São Paulo. The PPCs were analyzed using the content analysis technique. The data indicate that these PPCs allocate little space to evaluation at its three levels, namely:

assessment of classroom learning, large-scale external assessment and institutional assessment. For the most part, it is addressed as a topic of curricular components, with the assessment of learning in the classroom being the most reported level to the detriment of the others. Throughout the PPC, standardization is observed in the writing and characterization of the evaluation, which provides little evidence of the context in which the evaluation processes were developed.

**Keywords:** Assessment. Projeto Político-pedagógico. Teacher Training. Graduation.

## 1 Introdução

A avaliação educacional carrega potencialidades de naturezas distintas que estão presentes no processo pedagógico. Conectada às contraditórias relações sociais, a avaliação tanto pode ser protagonista na formação do estudante, numa perspectiva de formação de um sujeito histórico, como pode reproduzir a exclusão e subordinar os indivíduos a determinados projetos societários (Freitas, 2010).

Partindo do pressuposto de que a avaliação educacional é uma categoria central na organização do trabalho pedagógico e pode determinar a trajetória dos estudantes (Freitas, 1995), torna-se relevante ao futuro docente a compreensão da sua natureza e forma. Entretanto, pesquisas indicam (Villas Boas; Soares, 2016; Sada, 2017; Ferrarotto; Garcia, 2024) que a discussão sobre o campo da avaliação, em muitos componentes curriculares dos cursos de licenciatura, ocorre de maneira superficial e desarticulada, impedindo a apropriação de concepções e práticas inovadoras.

Tal fragilidade está relacionada aos complexos fatores que envolvem a formação inicial de professores e professoras (Gatti; Barreto, 2009), dentre eles o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC). O PPC constitui a síntese das concepções pedagógicas e reflete os objetivos, as intenções e os ideais que orientarão a trajetória formativa inicial dos e das docentes (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012).

De acordo com Bernadete Gatti (2014), é comum encontrar desarticulação entre a estrutura curricular dos cursos e seus projetos pedagógicos, o que resulta na

ausência de um processo integrado na formação do futuro professor da educação básica. De modo geral, observa-se a inexistência de uma política ampla e sistêmica que integre a formação inicial de docentes e as condições para que ela ocorra (Gatti, 2014), de maneira a contemplar conteúdos e métodos que possibilitem perspectivas e práticas pedagógicas e avaliativas emancipatórias.

Com o propósito de problematizar a relação entre a avaliação educacional e a formação inicial de professores, este artigo analisa o lugar que a avaliação educacional ocupa nos PPCs das licenciaturas em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Para tanto, o estudo contou com a iniciativa do grupo de pesquisa Avaliação e Relações Escolares (Ares), que tem se dedicado a investigar todos os cursos de licenciatura do IFSP.

O artigo está organizado em seis seções, sendo esta a primeira. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica acerca dos níveis da avaliação educacional na formação inicial de professores. Em seguida, há a caracterização do percurso metodológico para a análise dos documentos. A quarta e a quinta seções correspondem à apresentação e análise dos dados encontrados. Por fim, são realizadas algumas reflexões nas considerações finais.

## 2 Compreendendo a complexidade da avaliação educacional

A análise dos processos envolvendo a avaliação educacional não se afasta da arena das relações sociais. Compreendê-la exige ir além de sua aparência, situando-a no interior das disputas e contradições da sociedade capitalista. Nesse sentido, a escola encarna funções sociais e atribui à avaliação o controle da execução dessas finalidades, que se referem à exclusão e à subordinação (Freitas *et al.*, 2009).

A exclusão dos estudantes do sistema de ensino ocorre quando não se apropriam dos valores compatíveis ao seu futuro papel subalterno na sociedade (Freitas *et al.*, 2009). Assim, a escola acaba favorecendo os favorecidos, uma vez que estes possuem a cultura por ela exigida (Bourdieu, 1998). Nesse processo, os exames

atuam na intrínseca relação entre sociedade, reprodução e educação, conduzindo à “[...] legitimidade dos veredictos escolares e das hierarquias sociais que eles legitimam” (Bourdieu; Passeron, 1975, p. 171).

No entanto, esse não é o único papel desempenhado pela avaliação. Como afirmam Freitas *et al.* (2009), a avaliação é uma categoria polêmica e contraditória no processo pedagógico, já que pode abrir ou fechar portas, submeter ou desenvolver a formação. Por esse motivo, torna-se essencial a compreensão de sua complexidade.

A avaliação educacional é constituída por três níveis inter-relacionados: avaliação da aprendizagem em sala de aula; avaliação externa em larga escala<sup>1</sup>; e avaliação institucional (Freitas *et al.*, 2009). A avaliação da aprendizagem em sala de aula envolve docentes e estudantes. Geralmente, é reduzida à aplicação de um exame no final do período de estudos. No entanto, há diferença entre exame e avaliação. A avaliação pode ser entendida como parte do processo de ensino e aprendizagem, a fim de entender as dificuldades e potencialidades dos discentes para que o professor tome decisões sobre sua prática pedagógica. Já o exame é aplicado no final do processo de ensino-aprendizagem e tem como objetivo a classificação dos estudantes (Luckesi, 2005).

É preciso considerar que, além de sua face formal – constituída por provas, trabalhos e demais instrumentos –, a avaliação possui um lado informal. A avaliação informal é aquela que ocorre no dia a dia, a partir dos juízos de valor do docente em relação ao estudante. Pode ser carregada de crenças e ideologias do professor e influenciar a avaliação formal. É dessa maneira que a avaliação se torna decisiva na vida do discente, já que pode promover (ou não) o acesso ao conhecimento, bem como a (des)continuidade da trajetória escolar (Freitas *et al.*, 2009).

Outro nível da avaliação educacional é a avaliação externa em larga escala. Conduzida pelo governo federal, estados e municípios, essa avaliação é realizada via

<sup>1</sup> No PPC do *campus G*, a avaliação consta como tópico apenas em Didática, e não há elementos que possam indicar qual nível da avaliação será contemplado. Considerando que a avaliação da aprendizagem é o nível mais conhecido (Freitas *et al.*, 2009), inferiu-se que o documento se refere a ela.

testes padronizados que monitoram os sistemas educacionais e levantam dados para o (re)planejamento de políticas públicas (Freitas *et al.*, 2009). Para José Dias Sobrinho (2010, p. 195), “[...] a avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais [...]”, pois impacta na gestão, nos currículos, nas metodologias, nas práticas de formação, ou seja, nas relações direta ou indiretamente conectadas à organização do trabalho pedagógico (Menegão, 2016; Rodrigues, 2020).

A avaliação institucional completa os três níveis da avaliação educacional. Ela transcende a avaliação da aprendizagem que ocorre dentro de sala de aula e busca “[...] recuperar a dimensão coletiva do Projeto Político Pedagógico [...]” (Freitas *et al.*, 2009, p. 35). Assim, se a avaliação da aprendizagem possui um caráter interno à sala de aula, e a avaliação externa, um caráter externo sobre a escola, a avaliação institucional busca, por meio da apropriação da escola por seus atores, a promoção de seu compromisso social com a comunidade. Nesse movimento, ao refletir sobre sua realidade, a escola consegue demandar do Estado as condições necessárias para seu funcionamento e compartilhar as responsabilidades na promoção da qualidade social da escola pública (Silva, 2009).

Diante do exposto, entende-se que, na formação inicial de professores, a discussão dos três níveis da avaliação educacional não pode deixar de ocorrer. Estudos sobre a avaliação educacional em cursos de licenciatura indicam que o debate realizado ainda acontece de modo superficial (Villas Boas; Soares, 2016). Uma vez que a complexidade da avaliação não é discutida durante a formação do docente, já na condição de professor, ele tende a reproduzir as práticas avaliativas acessadas ao longo da sua trajetória escolar e a adotar avaliações que podem ser classificatórias em vez de formativas (Villas Boas, 2011).

Ao inquirir cursos de licenciatura em matemática de universidades federais de cinco regiões do Brasil, Claires Marcele Sada (2017) identificou que o campo da avaliação não é contemplado em profundidade, e a avaliação da aprendizagem é o nível da avaliação educacional que recebe mais atenção nos projetos pedagógicos de

curso. Nessa mesma direção, Luana Ferrarotto e Marta Fernandes Garcia (2024, p. 16) salientam que os PPCs dos cursos de licenciatura por elas investigados “[...] não reservam espaço de destaque para a avaliação educacional”. As autoras ainda ressaltam que:

6

[...] a avaliação em sala de aula é o nível que aparece como conteúdo de todos os PPC, sobretudo em Didática, sem menção quanto à sua face informal. Com a consolidação das avaliações externas em larga escala nas últimas décadas, não podemos deixar de abordar também suas repercussões na organização do trabalho pedagógico e nos processos formativos. Para tanto, vemos como imperativo que a avaliação institucional também ganhe relevo nas discussões sobre avaliação educacional, constituindo-se em possibilidade de mediação, de modo que se favoreça a construção coletiva dos usos dos dados obtidos nos diversos níveis da avaliação (Ferrarotto; Garcia, 2024, p. 17).

Considerando o exposto, é fundamental que a avaliação seja amplamente discutida durante a formação inicial de docentes, uma vez que os estudantes chegam aos cursos de licenciatura carregando diversas concepções sobre os processos que já vivenciaram em sala de aula.

### 3 O percurso metodológico

O produto da pesquisa coletiva foi elaborado a partir da análise de nove projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em Química do IFSP. Vale dizer que os projetos pedagógicos são documentos centrais para a organização dos cursos de licenciatura, pois sintetizam o conjunto das concepções e orientações que serão adotadas, além de apresentarem os objetivos educacionais, a organização curricular, as diretrizes metodológicas, o processo de avaliação e a estrutura organizacional e administrativa (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012).

Para o desenvolvimento do percurso metodológico, optou-se pelas técnicas de análise documental (Cellard, 2012) e de conteúdo (Bardin, 1977). A análise documental permite o levantamento das características que marcam determinado documento e o estabelecimento de relações entre o objeto de pesquisa e as



informações disponibilizadas. A análise de conteúdo, por sua vez, compreende um conjunto de técnicas cujo processo passa pela “decomposição” do texto segundo o objetivo, hipótese e referencial teórico. A análise é dividida em três momentos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação) (Bardin, 1977).

A pré-análise inicia-se com a definição do *corpus* documental; em seguida, realiza-se a leitura flutuante, ou seja, um olhar que busca captar as características gerais do texto (Bardin, 1977). A exploração do material possibilita selecionar recortes segundo os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, o processo de categorização dos elementos sugere a observação de suas características, permitindo seu agrupamento (Bardin, 1977). Segundo Bardin (1977), há dois processos de categorização: a primeira parte da construção das categorias a posteriori; o segundo fornece as categorias a priori, isto é, os elementos do texto são classificados segundo um sistema de categorias já existente.

A segunda opção foi adotada nesta pesquisa, uma vez que, em pesquisa anterior (Ferrarotto; Garcia, 2024), foi elaborada uma grelha a partir do processo de exploração dos documentos. Tal grelha orientou a busca pelos dados desta pesquisa. Sobre esse modo de realizar a técnica de análise de conteúdo, Bardin (1977) explica que se faz a repartição dos elementos na medida em que vão sendo encontrados no texto. Considerando que a hipótese, os objetivos e os documentos da pesquisa atual assemelham-se aos da pesquisa anterior, entende-se que o procedimento de utilização da grelha já elaborada se encaixa como recurso metodológico nesta pesquisa.

O tratamento dos resultados é o último momento da análise de conteúdo. A partir da sistematização das inferências, a grelha foi organizada com as informações identificadas nos PPCs, como pode ser observado no fragmento a seguir.

### Quadro 1 – Itens da grelha do *campus A*

Itens da grelha de análise	<i>Campus A</i> (2022)
----------------------------	------------------------

Constam sugestões de instrumentos de avaliação no PPC? Se sim, quais são?	“[...] no mínimo, dois instrumentos distintos, tais como: exercícios, pesquisas, atividades, trabalhos individuais e/ou coletivos, fichas de observações, relatórios, autoavaliação, provas escritas, provas práticas, provas orais, seminários, projetos interdisciplinares, dentre outros” (PPC A, 2022, p. 48).
Consta orientação para explicitar o processo avaliativo ao aluno?	Sim. “Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano de Ensino do componente curricular” (PPC A, 2022, p. 48).
Possui disciplina específica de Avaliação? Se sim, especificar o nome.	Sim. Processos e Instrumentos de Avaliação.
A disciplina trabalha os 3 níveis da avaliação?	Não. Avaliação de aprendizagem e avaliação institucional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Na grelha foram colocadas informações que identificavam tanto os dados literais de cada componente curricular que abordava a avaliação educacional em qualquer um dos seus níveis como os dados relacionados à avaliação educacional não manifestos nos componentes curriculares do curso, mas presentes nas diversas seções do documento. Essa organização favorece a visualização das características de cada documento e facilita a reflexão acerca do lugar ocupado pela avaliação educacional nos PPCs analisados, como será mostrado na próxima seção.

#### 4 A avaliação educacional nos PPCs de licenciatura em Química do IFSP: o que se encontra nos componentes curriculares?

Os dados iniciais encontrados estão organizados em três categorias: oferta de componentes curriculares específicos sobre a avaliação educacional; componentes que articulam a avaliação a outras áreas do conhecimento; e componentes que abordam a avaliação educacional apenas como tópico. Para preservar o sigilo das informações, os *campi* do IFSP pesquisados foram nomeados de A a I.

Somente um dos PPCs possui um componente curricular voltado especificamente à avaliação educacional. Trata-se do *campus* A, com o componente curricular Processos e Instrumentos de Avaliação, que, segundo a ementa, busca



abordar “[...] as modalidades de avaliação, os instrumentos avaliativos na construção coletiva e individual do conhecimento no Ensino Fundamental e Ensino Médio e as perspectivas teóricas da avaliação da aprendizagem [...]” (PPC A, 2022, p. 195).

Constam como conteúdos nesse componente curricular: planejamento e avaliação; as modalidades de avaliação e seus instrumentos avaliativos; a avaliação nos documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; perspectivas teóricas da avaliação da aprendizagem; tipos de avaliação: diagnóstica, mediadora, formativa e reguladora; critérios da avaliação; avaliação institucional: conceitos e funções da avaliação; avaliar, não punir: repensando a utilização dos instrumentos de avaliação (PPC A, 2022).

Nesse documento, a avaliação aparece como tópico, ainda, em três outros componentes curriculares, quais sejam: i) Currículos e Metodologias, com os conteúdos “Currículo e os processos avaliativos; Organização do trabalho docente: planejamento e avaliação e Avaliação do processo educativo de Ciências Naturais” (PPC A, 2022, p. 181-182); ii) Prática Pedagógica 1, que contempla, em seu conteúdo, os processos avaliativos; iii) Projetos Integradores 1, cujo objetivo é o desenvolvimento de “[...] competências e as habilidades necessárias para a elaboração e execução e avaliação de projetos interdisciplinares e transdisciplinares” (PPC A, 2022, p. 195).

É possível notar que o *campus* A contempla, no componente curricular dedicado especificamente à avaliação, dois níveis da avaliação educacional: a avaliação da aprendizagem e a institucional. No entanto, não se identificou a avaliação externa em larga escala como objeto de estudo nos planos de ensino do PPC A. Trata-se de uma discussão necessária no processo formativo de professores, uma vez que há repercussões desse nível da avaliação educacional na organização do trabalho pedagógico, bem como no processo formativo de estudantes (Menegão, 2016; Rodrigues, 2020).

Nos demais *campi*, a avaliação educacional aparece apenas como tópico de algum componente curricular. O quadro 2 apresenta em quais componentes a avaliação figura como tópico, e o que é mencionado sobre ela.

**Quadro 2 – Componentes curriculares nos quais a avaliação aparece somente como tópico**

<i>Campus</i>	Componente curricular	Trechos retirados dos planos de ensino
<i>Campus B</i> (2019)	Didática	Objetivo: Construir referenciais teórico-metodológicos relativos à organização do trabalho pedagógico de modo a habilitar o futuro docente a exercer seu papel no planejamento, na avaliação e no acompanhamento dos processos de aprendizagem de seus alunos. Conteúdo: Unidade III: Sobre a avaliação.
	Instrumentação para o Ensino de Química I	Objetivo: Refletir sobre [...] cada método e estratégia de ensino considerando sempre a relação entre objetivos/metodologia/formas de avaliação do ensino. Conteúdo: Avaliação na prática escolar.
	Prática de Ensino de Química I	Objetivo: Considerar as etapas de planejamento, execução e avaliação de atividades experimentais. Conteúdo: Avaliação de atividades experimentais.
<i>Campus C</i> (2019)	Didática Geral	Ementa: [...] processo de ensino e aprendizagem, o planejamento, as metodologias de ensino, a avaliação [...]. Objetivo: Discutir a tríade planejamento-ensino-avaliação [...]. Conteúdo: Avaliação da aprendizagem escolar; Avaliação como instrumento de poder; Novos sentidos da avaliação; Critérios e instrumentos de avaliação.
<i>Campus D</i> (2019)	Psicologia da Educação	Objetivo: [...] aspectos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, e em sua avaliação, de forma a fornecer subsídios para o aprimoramento da prática pedagógica.
	Prática de Ensino de Química I	Objetivo: [...] eixos das tarefas de planejamento, direção do processo de ensino-aprendizagem e avaliação.
	Prática de Ensino de Química II	Objetivo: [...] etapas de planejamento, execução e avaliação de atividades experimentais [...]. Conteúdo: 7. Avaliação de atividades experimentais.
	Instrumentação para o Ensino de Química I	Objetivo: [...] relação entre objetivos/metodologia/formas de avaliação do ensino. Conteúdo: [...] avaliação na prática escolar.
	Política e Organização da Educação Brasileira	Ementa: [...] formas de organização do trabalho docente, planejamento, avaliação, métodos e estratégias de ensino. Conteúdo: [...] planejamento, avaliação, métodos e estratégias de ensino.

	Didática	<p>Ementa: Também aborda a organização do trabalho pedagógico na perspectiva do planejamento e avaliação [...].</p> <p>Objetivo: [...] estabelecer as metodologias mais adequadas para alcançá-los e as formas de avaliação.</p> <p>Conteúdo: Elementos do planejamento: objetivos, conteúdos, metodologias, recursos e avaliação; Avaliação: diferentes perspectivas; Avaliação processual e diagnóstica; Avaliação e exclusão escolar.</p>
Campus E (2019)	Psicologia da Educação	Objetivo: [...] aspectos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, e em sua avaliação [...].
	Prática de Ensino de Química II	Ementa: Resolução de problemas e avaliação da aprendizagem.
	Didática II	Objetivo: [...] a importância do processo de avaliação visando à aprendizagem dos educandos [...] Conteúdo: Avaliação do processo ensino-aprendizagem.
Campus F (2018)	Política, Organização e Gestão da Educação	Conteúdos: Sistemas de avaliação em larga escala.
	Didática	Objetivo: Entender os elementos estruturantes da prática pedagógica [...] planejamento, plano de curso, plano de aula, métodos de avaliação. Conteúdo: Dimensões do processo didático e seus eixos norteadores: [...] A avaliação escolar. Tipos de avaliação e suas utilidades/contribuições no processo educativo.
	Instrumentação para o Ensino de Ciências	Ementa: Envolve, também, as diferentes modalidades de avaliação [...]. Objetivo: Analisar as práticas da avaliação escolar para fortalecer o senso crítico sobre a avaliação no processo de ensino-aprendizagem. Elaborar uma concepção de avaliação de aprendizagem a partir das perspectivas: diagnóstica, mediadora, formativa, reguladora, permanente e participativa. Conteúdo: Perspectivas teóricas da avaliação da aprendizagem; Avaliação diagnóstica; Avaliação mediadora; Avaliação formativa e Avaliação reguladora; Avaliação de Larga Escala – O Exame Nacional do Ensino Médio: Elaboração de Itens.
Campus G (2018)	Didática	Conteúdo: 6. Avaliação.
Campus H (2017)	Didática	Objetivo: Compreender, analisar e desmistificar concepções e práticas de avaliação da aprendizagem escolar. Conteúdo: Planejamento Escolar: [...] plano de aula (objetivos educacionais, seleção de conteúdos, métodos e procedimentos de ensino, avaliação do processo ensino-aprendizagem, relação professor-aluno); Avaliação: diferentes perspectivas; Avaliação processual e diagnóstica; Avaliação e exclusão escolar; [...].
	Práticas para Ensino de Química	Conteúdo: Planejamento escolar: [...] avaliação do processo ensino-aprendizagem, relação professor-aluno).

Campus I (2017)	Política, Organização da Educação Brasileira	Ementa: [...] formas de organização do trabalho docente, planejamento, avaliação, métodos e estratégias de ensino.
	Psicologia da Educação	Objetivo: Analisar e refletir sobre as interações entre professor e aluno e os aspectos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, e em sua avaliação [...].
	Didática	Ementa: Também aborda a organização do trabalho pedagógico na perspectiva do planejamento e avaliação. Objetivos: Identificar e analisar [...] as formas de avaliação. Conteúdos: 7. Avaliação: diferentes perspectivas; 8. Avaliação processual e diagnóstica; 9. Avaliação e exclusão escolar.
	Metodologia no Ensino de Ciência	Objetivo: Reconhecer as influências das metodologias de ensino de ciências [...] na avaliação do ensino de ciências.
	Práticas para Ensino de Química 2	Objetivo: Discutir os aspectos teóricos relacionados ao planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem de química. Conteúdo: 3. Avaliação do rendimento escolar no processo de ensino e aprendizagem de química;
	Laboratório Didático em Química	Ementa: A disciplina contempla [...] aspectos do planejamento, execução e avaliação de aulas experimentais. Conteúdos: d. Avaliação nas aulas práticas no laboratório de química.
	Gestão Educacional	Ementa: Trata da organização do trabalho da escola considerando elementos como planejamento, avaliação do trabalho pedagógico [...].

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os dados indicam que a avaliação é contemplada especialmente em Didática. Em todos os PPCs analisados, a avaliação aparece na ementa ou como conteúdo desse componente curricular. Vale observar, ainda, que a maioria dos PPCs possui outros componentes que abordam a avaliação como um de seus tópicos. No entanto, nos PPCs C e G, isso não ocorre, ou seja, é apenas em Didática que a avaliação é abordada. Os dados sugerem, portanto, que o ensino e a aprendizagem desse conteúdo são resumidos, exclusivamente, a esse componente<sup>2</sup>. Nos PPCs, a avaliação é frequentemente mencionada, também, nos componentes curriculares voltados à prática de ensino. Em cinco deles, a avaliação figura como tópico nesses componentes.

<sup>2</sup> No PPC E, a autoavaliação também é mencionada no componente de Prática como componente curricular.

É preciso observar o que tem sido contemplado sobre avaliação educacional nos diferentes componentes curriculares. Em relação aos conteúdos, há destaque para a avaliação da aprendizagem em sala de aula. Esse é o nível da avaliação educacional que está presente em componentes curriculares de todos os PPCs. Em sua maioria, não são especificadas as concepções que serão abordadas, apenas a menção sobre a avaliação na prática escolar, no processo de ensino-aprendizagem, no planejamento ou na relação com os objetivos, conteúdos e metodologia.

Apenas quatro PPCs fazem tal especificação. O PPC D, em Didática, traz em seu conteúdo a avaliação processual e diagnóstica. No PPC F, em Instrumentação para o Ensino de Ciências, constam, na ementa, as concepções diagnóstica, mediadora, formativa, reguladora, permanente e participativa; nos conteúdos, são mencionadas perspectivas teóricas da avaliação da aprendizagem e avaliação diagnóstica, mediadora, formativa e reguladora. E, por fim, os PPCs H e I, em Didática, mencionam, nos conteúdos, a avaliação processual e diagnóstica.

Entende-se, neste ponto, ser necessário realizar discussões sobre as diferentes concepções de avaliação. Nessa direção, Luckesi (2005) e Villas Boas (2011) defendem que a avaliação deve ser inclusiva, trazer elementos para a (re)condução dos trabalhos a serem desenvolvidos por docentes e estudantes e promover as aprendizagens de ambos. Se a avaliação for concebida de forma separada da aprendizagem, como algo a ocorrer no final do processo, dificilmente será possível contribuir para o desenvolvimento do estudante, permitindo-lhe o acesso a novos conhecimentos (Freitas *et al.*, 2009). Pelo contrário, essa abordagem está mais próxima de concepções classificatórias, que tendem a conduzir à exclusão.

Ainda sobre a exclusão, ela é relacionada com a avaliação no componente de Didática em três PPCs – D, H e I –, mas não há, nos planos de ensino, a explicação para tal relação. Nesses documentos, são citadas as concepções processual e diagnóstica de avaliação, o que leva a inferir que pode haver a contraposição à perspectiva excludente. Tem-se a impressão de que há uma intenção de desconstruir tal concepção, possibilitando novas práticas ao citar novos sentidos da avaliação.

Como os cursos são de licenciatura em Química, em alguns, consta a avaliação de atividades experimentais e/ou práticas. Isso ocorre nos PPCs B, D e I, com os respectivos componentes curriculares: Prática de Ensino de Química I, Prática de Ensino de Química II e Laboratório Didático em Química. Segundo Elias Vinícius Ferreira do Amaral (2016), as aulas práticas focam experimentos visuais, como as mudanças de cor e temperatura e a liberação de gases, buscando estimular a curiosidade ou a confirmação de uma teoria. Entretanto, de acordo com o autor, as avaliações da aprendizagem em química pouco se relacionam às práticas laboratoriais, uma vez que, em sua maioria, constituem-se da reprodução de conteúdos conceituais e memorização de fórmulas. Sendo assim, é importante que os docentes em formação sejam ensinados a avaliar as aulas experimentais, fomentando a reflexão acerca da sua importância na futura prática profissional (Sales, 2017).

Outro ponto da análise dos PPCs diz respeito aos demais níveis da avaliação, ou seja, a avaliação externa em larga escala e a avaliação institucional. Quanto à primeira, ela aparece no PPC E, nos conteúdos do componente curricular Política, Organização e Gestão da Educação, como Sistema de Avaliação em Larga Escala e, no PPC F, nos conteúdos de Instrumentação para o Ensino de Ciências, referindo-se ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e à elaboração de itens. Estudos indicam que as avaliações externas em larga escala e seus resultados podem induzir o trabalho pedagógico e demarcar o que deve ser valorizado, de modo a levar ao estreitamento curricular (Menegão, 2016). Assim, esse nível da avaliação educacional deve ser problematizado nos cursos de licenciatura, para além da análise de quais avaliações existem e da construção de itens.

Como os três níveis da avaliação educacional tendem a estar cada vez mais inter-relacionados (Freitas *et al.*, 2009), abordá-los favorece a análise ampliada acerca da organização do trabalho pedagógico da escola. Para tanto, o nível da avaliação institucional não pode ser esquecido, pelo fato de ser instrumento de mediação entre as avaliações realizadas em sala de aula e os dados obtidos nas avaliações externas (Freitas *et al.*, 2009). A avaliação institucional possibilita contextualizar os resultados



da avaliação externa em larga escala, trazendo outros elementos para análise dos índices quantitativos. No entanto, como é possível observar nos quadros anteriores, a avaliação institucional não consta nas ementas, nos objetivos, ou nos conteúdos dos diferentes componentes curriculares dos PPCs analisados, com exceção, como se viu, do PPC A.

## 5 Avaliação educacional nos PPCs de Química do IFSP: para além dos componentes curriculares

Diversos autores afirmam que, se não houver um movimento de reflexão acerca das práticas avaliativas em cursos de formação, a tendência é que os licenciados, quando professores, reproduzam o que vivenciaram como estudantes ao serem avaliados (Villas Boas; Soares, 2016; Sada, 2017; Sales, 2017). Assim, para romper o ciclo de reprodução das práticas avaliativas classificatórias e excludentes, é necessário aprender a avaliar, a partir de novas aprendizagens teórico-práticas (Luckesi, 2005).

As diversas vivências oportunizadas pelos cursos de formação de professores quanto à avaliação educacional podem contribuir para essa aprendizagem. Por esse motivo, para além dos componentes curriculares, analisou-se o que consta sobre os diferentes processos de avaliação descritos nos PPCs com os quais os licenciandos podem entrar em contato durante o curso. Considerar como os PPCs abordam a avaliação em suas seções ajuda, também, a compreender as concepções que perpassam o curso e que podem repercutir nas ações efetuadas.

Um item presente em todos os PPCs é a avaliação da aprendizagem. Nele, há a descrição de como esse nível da avaliação educacional deve ocorrer no curso. Tal descrição se pauta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei n. 9.394, de 1996), bem como na Organização Didática do IFSP (IFSP, 2016). Destarte, existe uma semelhança muito grande (e, em alguns casos, identidade) na redação da seção, que pode ser ilustrada pelo fragmento a seguir.

Conforme indicado na LDB – Lei 9.394/96 – a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos [...]. Da mesma forma, no IFSP é previsto pela “Organização Didática” que a avaliação seja norteada pela concepção formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia (PPC B, 2019, p. 154-155).

Ainda sobre os processos de avaliação da aprendizagem desenvolvidos nos cursos de licenciatura em Química do IFSP, encontraram-se indícios em outras seções dos PPCs, como na descrição da metodologia e/ou do apoio ao discente. Quanto à metodologia, os PPCs A, D, E e G relacionam a avaliação da aprendizagem à acessibilidade metodológica, ou seja, afirmam que o curso busca diversificar a utilização de estratégias, recursos e instrumentos avaliativos.

A preocupação com a eliminação de barreiras e a promoção da inclusão, considerando, entre outros aspectos, a avaliação, é ainda mais acentuada no PPC A. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem é retomada nos itens sobre o apoio ao discente e sobre ações inclusivas.

[Apoio ao discente]: Ações de permanência e êxito, nivelamento e apoio pedagógico. Item 4 – Fortalecer a prática da avaliação diagnóstica e desenvolver ações de Apoio Pedagógico (“Nivelamento”) no início dos períodos letivos. Descrição: Realização de “Avaliações Diagnósticas” a cada início de semestre (PPC A, 2022, p. 57).

[Ações Inclusivas]: [...] podemos mencionar a adaptação das avaliações feitas ao aluno com transtorno de ansiedade, aumentando o tempo de prova e não expondo o aluno aos trabalhos de apresentação ao público (PPC A, 2022, p. 60).

É justamente no PPC A que se encontra um componente curricular destinado exclusivamente aos debates acerca da avaliação. Além disso, há outros componentes que abordam a avaliação educacional. Esses dados levam a inferir que, nesse *campus*, há certa preocupação com a aprendizagem da avaliação, tanto nos componentes curriculares quanto em relação às práticas desenvolvidas. Nesse PPC,

há elementos que indicam preocupação em colocar a avaliação a serviço do discente, contribuindo para a sua formação.

No entanto, notou-se certa padronização na escrita dos PPCs quanto à avaliação educacional, sobretudo no nível da avaliação da aprendizagem em sala de aula. Uma das características da escrita padronizada é a utilização de inúmeros conceitos ou instrumentos avaliativos ao longo dos PPCs sem explicitar como serão desenvolvidos e sistematizados ao longo do curso. Um exemplo é a constante menção de processos de autoavaliação. Em todos os PPCs<sup>3</sup>, a autoavaliação se apresenta nas seções da Avaliação da Aprendizagem, entretanto, não há informações sobre seu desenvolvimento e sobre quais concepções a sustentam. Como afirmam Marlene Correro Grillo e Ana Lúcia Souza de Freitas (2010, p. 45-46), a autoavaliação se insere na proposta de avaliação formativa, e “[...] pressupõe uma relação baseada na reciprocidade e na partilha; portanto, não se reduz a um instrumento e nem se realiza em um único momento: é processual”. Todavia, pela leitura do PPC, não é possível identificar se é essa a concepção que orienta as autoavaliações promovidas pelos cursos de licenciatura em Química do IFSP.

Embora a menção padronizada seja compreensível, já que a LDBEN e a Organização Didática da instituição devem ser seguidas, entende-se que o PPC deve trazer as especificidades dos cursos em seus *campi*. Como afirma Ilma Passos Alencastro Veiga (1998), o projeto pedagógico é uma iniciativa intencional, logo, uma ação política, o que exige que seja compreendido como uma reflexão constante de seu cotidiano. Nesse sentido, apesar de serem cursos de uma mesma instituição, o IFSP, seus *campi* e contextos são diferentes, assim como sua comunidade, o que leva a entender que os projetos precisam possuir uma identidade própria.

O mesmo se pode dizer sobre a descrição dos processos de avaliação institucional presentes nos documentos analisados. Desde 2004, os cursos superiores são avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A

<sup>3</sup> Como exemplo, pode-se citar a abordagem da avaliação nos componentes de Instrumentação para o Ensino de Ciências ou Laboratório Didático em Química.

Lei n. 10.861, que institui o Sinaes, estabelece, em seu art. 11, que “[...] cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA”, à qual cabe a “[...] condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]”. Nessa esteira, ao analisar os PPCs, a seção sobre avaliação do curso descreve que os *campi* contam com a CPA, responsável pela autoavaliação da instituição. Em sua maioria, ainda há menção do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que também constitui o Sinaes.

O planejamento e a implementação do projeto do curso, [...] serão avaliados no *campus*, objetivando analisar as condições de ensino e aprendizagem dos estudantes [...]. Para tanto, será assegurada a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo, e outras possíveis representações. [...] Para isso, conta-se também com a atuação, no IFSP e no *campus*, especificamente, da CPA – Comissão Própria de Avaliação, com atuação autônoma e atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição [...]. Além disso, serão consideradas as avaliações externas, os resultados obtidos pelos alunos do curso no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). [...] De acordo com os resultados obtidos pelo curso em cada um dos processos avaliativos são traçados planos de ações de melhorias [...] (PPC C, 2019, p. 53).

Novamente, encontrou-se um texto aparentemente pré-fabricado e normatizado pela legislação, pouco informando sobre os reais movimentos desenvolvidos. Embora seja mencionada a participação dos licenciandos, servidores e docentes nos processos de avaliação institucional, não se conseguiu identificar de que maneira as diferentes vozes são consideradas na construção de alternativas para a melhoria dos cursos. Será que essa avaliação se resume (ou se reduz?) ao preenchimento dos questionários elaborados pela CPA? Fica a dúvida.

Ainda sobre a avaliação institucional, identificaram-se indícios na descrição da gestão do curso de cinco PPCs (A, E, C, G e H), que, basicamente, versam sobre a elaboração de relatórios e instrumentos de coleta de informações que subsidiam a autoavaliação e geram insumos para a atualização dos processos de

ensino-aprendizagem e da gestão acadêmica. Citam a participação dos colegiados, docentes e discentes, mas, novamente, não há clareza quanto a esse processo, o que leva a inferir que se trata do preenchimento de questionários.

Ressalta-se, entretanto, que vivenciar a avaliação institucional pode contribuir para a aprendizagem sobre esse nível da avaliação educacional. Trata-se de ampliar as análises ao abordar a instituição em sua globalidade, contemplando fatores internos e externos na busca pela (re)construção de sua qualidade social (Silva, 2009). Apesar de ser necessário o levantamento de dados para o desenvolvimento da autoavaliação da instituição, o que pode ocorrer via questionários, essa iniciativa isolada não pode ser compreendida como avaliação institucional. Para que esta se dê, é imprescindível o debate, a qualificação dos dados, a partilha de responsabilidades e a negociação de ações. Por essa via, os dados são reconhecidos por sua comunidade, o que dá sentido a eles. É nessa instância, ainda, que se podem articular os dados das avaliações externas, no caso, o Enade, com os dados das avaliações realizadas em sala de aula. Contudo, esse movimento de encontro entre os dados da avaliação externa e das avaliações feitas pelos docentes não é descrito nos PPCs analisados. Vale dizer que em um dos PPCs identificou-se, inclusive, um destaque aos resultados das avaliações externas em larga escala. No histórico do curso do PPC B, é mencionado o conceito obtido nas avaliações do Ministério da Educação como distinção associada à sua qualidade. Nessa direção, na seção sobre justificativa e demanda de mercado, é feita uma comparação com os concluintes de outras instituições, como pode ser observado no fragmento a seguir:

O Relatório de Curso do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com base nos dados do ENADE 2017, registra que os concluintes da licenciatura em Química do *campus* B alcançaram médias superiores à estadual, regional e nacional [...] (PPC B, 2019, p. 23).

Na mesma seção, a avaliação externa é citada mais uma vez. É feita uma referência ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), e é dito que, segundo especialistas, “[...] a má formação dos professores, aliada à falta de

infraestrutura para aulas práticas e experimentação nas escolas, sejam as principais causas do fraco desempenho dos estudantes brasileiros” (PPC B, 2019, p. 23). Além de o curso manifestar forte preocupação com os índices quantitativos obtidos via avaliações externas, não se notou no documento uma análise que considerasse os diversos aspectos da instituição e de sua comunidade. Nota-se, portanto, a relevância atribuída à relação entre qualidade e os índices das avaliações externas, o que evidencia aproximação com uma perspectiva economicista de educação, ou seja, aquela que subordina a formação humana à lógica da produção e reprodução das relações de mercado, secundarizando os saberes construídos pela escola e seus valores (Silva, 2009, p. 221).

Importante destacar que a avaliação institucional toma como referência de análise o projeto pedagógico por ser um documento que retrata o compromisso público da instituição com sua comunidade (Freitas *et al.*, 2009), e, portanto, não se pauta apenas em índices quantitativos. Por esse motivo, o PPC precisa ser “[...] construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo [...]” (Veiga, 1998, p. 1), o que diz respeito, também, à avaliação para sua reconstrução.

Ainda com base em Ilma Passos Alencastro Veiga (1998, p. 1), destaca-se que o projeto pedagógico “[...] não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas”. Assim, mais do que um documento para a existência de um curso, faz-se necessário que os PPCs sejam concebidos coletiva e colaborativamente por sua comunidade, descrevendo aquilo em que acreditam, quais projetos formativos defendem, como os desenvolvem e como pretendem avaliá-los.

## 6 Considerações finais

A compreensão do lugar da avaliação educacional nos PPCs das licenciaturas pressupõe problematizar a formação inicial de professores, o processo de



ensino-aprendizagem da avaliação educacional, os desafios que enfrentarão na carreira e como suas práticas poderão repercutir na vida escolar de muitos estudantes.

Compreender a avaliação educacional como categoria central na organização do trabalho pedagógico é essencial, já que a natureza de seu processo pode determinar a trajetória escolar. Assim, ela deve ter seu espaço nos projetos formativos dos futuros docentes, expressos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

As análises documental e de conteúdo permitiram extrair um conjunto de dados que, embora apresentem especificidades da estrutura curricular da licenciatura em Química, no geral, não se distanciam das pesquisas da área, ou seja, da constatação de que o ensino e a aprendizagem da avaliação educacional nos cursos de licenciatura são relegados a um segundo plano. Nesse sentido, a análise dos componentes curriculares indica que, dos nove PPCs analisados, oito abordam a avaliação a partir de tópicos no interior de outros componentes curriculares. A diluição da avaliação ao longo de vários tópicos revela que o conteúdo é apresentado de forma fragmentada e desarticulada na maioria dos PPCs. Tal fato impede a compreensão do objeto de conhecimento pelos estudantes numa perspectiva de totalidade no interior das relações sociais e do próprio processo educacional.

Os componentes de Didática, seguidos pelas Práticas de Ensino, são os espaços privilegiados na abordagem da avaliação. Todavia, predomina nas ementas e objetivos apenas o nível da avaliação da aprendizagem em sala de aula, em detrimento dos níveis da avaliação externa em larga escala e institucional. Desconsiderar estes níveis é impedir a instrumentalização conceitual e política dos futuros docentes, sobretudo num período de avanço sistematizado das políticas de responsabilização que têm na avaliação externa em larga escala sua principal ferramenta.

Ao analisar os PPCs para além dos componentes curriculares, constatou-se um movimento de padronização normativa da escrita. Em que pese a necessidade de seguir a legislação e as orientações da LDBEN (Brasil, 1996) e da Organização

Didática do IFSP (IFSP, 2016), o que emergiu foram indícios de posições que não revelam a dinâmica e os desafios locais enfrentados pela comunidade do curso. Observou-se um distanciamento da história, da cultura e das marcas que caracterizam e oferecem identidade às licenciaturas. É um dado revelador, pois, quando se desconhece ou se secundariza a realidade local, poucos elementos restam à reflexão e a possíveis mudanças nos PPCs diante dos desafios cotidianos. Nesse sentido, nas seções dos PPCs que não abordam os componentes curriculares diretamente, é comum a menção da avaliação institucional e até da própria autoavaliação. Tais abordagens destacam a participação de servidores e estudantes em momentos decisórios, porém, não se observa o detalhamento dessas ações. Desse modo, pode-se afirmar que, em grande medida, as posições descritas acerca da avaliação institucional e dos processos de autoavaliação estão restritas aos documentos.

Diante do exposto, tanto as caracterizações acerca dos componentes curriculares como a análise das demais seções indicam que a avaliação educacional nos PPCs de licenciatura em Química do IFSP se apresenta de maneira superficial, diluída e desarticulada. Os conteúdos abordados focam predominantemente a avaliação da aprendizagem em detrimento dos demais níveis. Por fim, o arranjo dos diversos tópicos do documento não sugere um diálogo sistemático que possibilite compreender a realidade do curso e as ações avaliativas empreendidas.

## Referências

AMARAL, E. V. F. do. Avaliação e carreira docente em química: uma concepção estudantil. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 3., 2016, Natal. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, P. **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 6 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 3 mar. 2024.

CELLARD, A. A análise documental. *In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010. DOI 10.1590/S1414-40772010000100011.

FERRAROTTO, L.; GARCIA, M. F. O lugar da avaliação nos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas em Matemática de uma instituição pública de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, e290040, 2024. DOI 10.1590/S1413-24782024290040.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas, SP: Papyrus, 1995.

FREITAS, L. C. de. Avaliação: para além da “forma escola”. **Educação: Teoria e Prática**, v. 20, n. 35, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4086>. Acesso em: 15 out. 2024.

FREITAS, L. C. *et al.* **Avaliação educacional: caminhando pela contramão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social.** Brasília, DF: Unesco, 2009.

GATTI, B. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 57, p. 24-54, 2014. DOI 10.18222/ea255720142823.

GRILLO, M. C.; FREITAS, A. L. S. Autoavaliação: por que e como realizá-la? *In: GRILLO, M. C. et al. Por que falar ainda em avaliação?* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Organização Didática dos Cursos Superiores de Graduação do IFSP.**

2016. Disponível em: [https://portais.ifsp.edu.br/itq/images/Itaquá/Organizao-Didtica-dos-Cursos-Superiores-de-Graduao-do-IFSP\\_2016.pdf](https://portais.ifsp.edu.br/itq/images/Itaquá/Organizao-Didtica-dos-Cursos-Superiores-de-Graduao-do-IFSP_2016.pdf). Acesso em: 15 out. 2024.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

MENEGÃO, R. C. Os impactos da avaliação em larga escala nos currículos escolares. **Práxis Educativa**, v. 11, n. 3, p. 641-656, 2016. DOI 10.5212/PraxEduc.v.11i3.0007.

RODRIGUES, J. D. Z. **Gerencialismo e responsabilização**: repercussões para o trabalho docente. Curitiba: Appris, 2020.

SADA, C. M. **A avaliação da aprendizagem na licenciatura em matemática**: o que dizem documentos, professores e alunos? 2017. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SALES, E. de S. **Formação inicial de professores de química**: um estudo acerca das condicionantes da prática avaliativa. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017.

SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 216-226, 2009. DOI 10.1590/S0101-32622009000200005.

VEIGA, I. P. A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VILLAS BOAS, B. M. F. (org.). **Avaliação formativa**: práticas inovadoras. Campinas, SP: Papirus, 2011.

VILLAS BOAS, B. M. F.; SOARES, S. L. O lugar da avaliação nos espaços de formação de professores. **Cadernos CEDES**, v. 36, n. 99, p. 239-254, 2016. DOI 10.1590/CC0101-32622016160250.

<sup>i</sup> **Luana Ferrarotto**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2861-2127>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Doutora em Educação – Unicamp. Professora do IFSP, Bragança Paulista.

Contribuição de autoria: Análise dos PPCs e escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2883094594167323>

E-mail: [luanaferrarotto@ifsp.edu.br](mailto:luanaferrarotto@ifsp.edu.br)

**ii Jean Douglas Zeferino Rodrigues**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0071-4340>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Doutor em Educação – Unicamp. Professor do IFSP, Campinas.

Contribuição de autoria: Análise dos PPCs e escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5937200399401659>

E-mail: [jean.zefer@ifsp.edu.br](mailto:jean.zefer@ifsp.edu.br)

**iii Rodrigo Luís de Oliveira**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6523-5915>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Estudante de licenciatura em Matemática – IFSP, Bragança Paulista.

Contribuição de autoria: Análise dos PPCs e escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7830279144932580>

E-mail: [rodrigo.luis@aluno.ifsp.edu.br](mailto:rodrigo.luis@aluno.ifsp.edu.br)

**iv Rafaela de Souza Barbosa**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3869-8438>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Estudante de licenciatura em Química – IFSP, Catanduva.

Contribuição de autoria: Análise dos PPCs e escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7565589602877087>

E-mail: [barbosa.rafaela@aluno.ifsp.edu.br](mailto:barbosa.rafaela@aluno.ifsp.edu.br)

**Editora responsável:** Genifer Andrade.

**Especialistas *ad hoc*:** Adriana Eufrásio Braga e Alboni Marisa Dudeque Pianovsk Vieira.

### Como citar este artigo (ABNT):

FERRAROTTO, Luana *et al.* O lugar da avaliação educacional nos projetos pedagógicos de licenciatura em Química do IFSP. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e13522, 2024. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/13522>

Recebido em 8 de julho de 2024.

Aceito em 17 de outubro de 2024.

Publicado em 23 de dezembro de 2024.